



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Câmara de Vereadores	
Fl. 01	Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS  
Protocolo nº. 14/2017  
Data: 06/01/17  
Ass. *[assinatura]* *[assinatura]*

Excelentíssima Senhora  
OLDERES MARIA PIAZZA SANTIN  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Serafina Corrêa - RS

**JOSÉ CARLOS BETINARDI, NEREU HILÁRIO ROSSETTO, OLDERES MARIA PIAZZA SANTIN, ROGÉLLIO CARLOS FEDRIGO e SÉRGIO ANTÔNIO MASSOLINI,** Vereadores na Câmara de Vereadores de Serafina Corrêa, requer nos termos regimentais e ouvido o Plenário, à apreciação do

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1/2017**

Solicita a Prefeita Municipal providências na isenção da taxa de lixo para terrenos baldios no Município de Serafina Corrêa.

**Justificativa**  
Verbal.

Serafina Corrêa, em 6 de janeiro de 2017.

*[assinatura]*  
**JOSÉ CARLOS BETINARDI**  
Vereador do PP

*[assinatura]*  
**NEREU HILÁRIO ROSSETTO**  
Vereador do PSB

*[assinatura]*  
**OLDERES MARIA PIAZZA SANTIN**  
Vereadora do PP

*[assinatura]*  
**ROGÉLLIO CARLOS FEDRIGO**  
Vereador do DEM

*[assinatura]*  
**SÉRGIO ANTÔNIO MASSOLINI**  
Vereador do DEM



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 14/2017

Data: 06/01/17

Ass. sh

Câmara de Vereadores	
Fl. <u>02</u>	Rubrica <u>sh</u>

**Justificativa**


Durante o período eleitoral e no contato com inúmeras famílias ouvimos reclamações e pedidos de providências para suspender a cobrança de taxa de lixo, que vem incorporada no recibo do IPTU, em terrenos baldios.

O fato de serem terrenos sem moradias não geram detritos orgânicos ou inorgânicos e, em consequência a coleta de lixo não acontece e a taxa é indevida.

Sugerimos que ao ser anunciada a suspensão da cobrança exige-se que o proprietário desses terrenos se comprometem em mante-los limpos.

Serafina Corrêa, em 6 de janeiro de 2017.

  
**JOSÉ CARLOS BETINARDI**  
Vereador do PP

  
**NEREU HILÁRIO ROSSETTO**  
Vereador do PSB

  
**OLDERES MARIA PIAZZA SANTIN**  
Vereadora do PP

  
**ROGÉLIO CARLOS FEDRIGO**  
Vereador do DEM

  
**SÉRGIO ANTÔNIO MASSOLINI**  
Vereador do DEM



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. CORRÊA

*D. L. L. L. L.*  
SECRETÁRIO

Protocolo nº 042  
Data 12 / 01 / 17

Câmara de Vereadores	
Fl.	Rubrica
03	<i>gl</i>

**Ofício nº 2/2017**

Serafina Corrêa, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Excelência a Senhora  
MARIA AMÉLIA ARROQUE GHELLER  
Prefeita Municipal  
Serafina Corrêa – RS

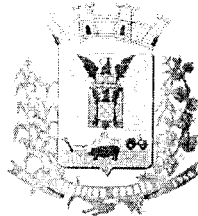
Assunto: Encaminha o Pedido de Providências nº 1/2017.

Senhora Prefeita,

Anexo, remetemos o Pedido de Providências nº 1/2017 que "SOLICITA À PREFEITA MUNICIPAL PROVIDÊNCIAS MA ISENÇÃO DA TAXA DE LIXO PARA TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA", apresentado na Sessão Ordinária de 09/01/2017.

Respeitosamente,

*Olderes Maria Piazza Santin*  
**Olderes Maria Piazza Santin**  
Presidente



Câmara de Vereadores	
Fl. 04	Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS  
Protocolo nº. 39/2017  
Data: 19/01/17  
Ass. *gl*

Of. Gab. n.º 047/2017

Serafina Corrêa, RS, 18 de janeiro de 2017.

Sua Excelência

Vereadora – Olderes Maria Piazza Santin

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Serafina Corrêa – RS.

**Assunto: Resposta Ofício n.º 2/2017**  
**Pedido de Providências n.º 1/2017**

O Município de Serafina Corrêa – RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 88.597.984/0001-80, com sede na Avenida 25 de Julho, 202, em Serafina Corrêa/RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal, excelentíssima senhora **Maria Amélia Arroque Gheller**, vem por intermédio deste acusar o recebimento do Ofício acima mencionado e ao mesmo tempo encaminhar anexo Parecer n.º 017/2017.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para elevar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*M. Arroque Gheller*  
Maria Amélia Arroque Gheller,  
Prefeita Municipal.

**Maria Amélia Arroque Gheller**  
Prefeita Municipal de  
Serafina Corrêa - RS  
CPF: 392.322.040-53



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 391/2017

Data: 19/01/17

Ass. [assinatura]

Prefeitura de Serafina Corrêa  
Gabinete do Prefeito  
Assessoria Jurídica

Câmara de Vereadores	
Fl. <u>05</u>	Rubrica <u>[assinatura]</u>

### **PARECER 017/2017**

Trata-se de pedido de providencias nº 1/2017, encaminhado pela Câmara Municipal de Vereadores à Sra. Prefeita de Serafina Corrêa/RS, a cerca da isenção da taxa de lixo para terrenos baldios no Município de Serafina Corrêa/RS.

Passo à análise.

Vejamos o disposto na legislação Municipal, Lei 3155/2013:

*Art. 82 A Taxa de Coleta de Lixo é devida pelo proprietário ou titular do domínio útil ou da posse de imóvel situado em zona beneficiada, efetiva ou potencialmente, pelo serviço de coleta de lixo.*

*Art. 83 Constitui fato gerador da Taxa de Coleta de Lixo a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços:*

*I - remoção ou recolhimento de lixo.*

*II - destinação final do lixo recolhido, por meio de incineração, tratamento ou qualquer outro processo adequado.*

*Art. 84 O sujeito passivo da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóvel, situado em logradouro ou via pública.*



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SERAFINA CORRÊA-RS  
Protocolo nº. 39/2017  
Data: 19/01/17  
Ass. \_\_\_\_\_

Câmara de Vereadores	
Fl. <u>06</u>	Rubrica <u>[assinatura]</u>

*Vejamos o disposto no Código Tributário Nacional:*

*Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.*

*Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas*

*Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o artigo 77 consideram-se:*

*I - utilizados pelo contribuinte:*

*a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;*

*b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;*

*II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;*

*III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.*

Extrai-se do citado acima que, a taxa poderá ser cobrada: por utilização efetiva do serviço, neste caso o valor deverá ser cobrado de acordo com o consumo, ou por utilização potencial. A cobrança da taxa de lixo em terrenos baldios, se enquadra no art. 79, I "b" do CTN (utilização potencial).

Para entender melhor o termo potencial, cito como exemplo a taxa de água, que pode-se cobrar uma quantia fixa mensal, independentemente de ter havido consumo.



Câmara de Vereadores	
Fl.	Rubrica
07	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADOR	
SERAFINA CORRÊA-RS	
Protocolo nº. 39/2017	
Data: 19/01/17	
Ass. <i>Jul</i>	

No mesmo sentido, não é necessário que se coloque lixo nos cestos de coleta para ser compelido ao pagamento da taxa respectiva, contudo, a simples disposição do serviço, traz vantagens, por si só, a toda população.

A razão de ser da taxação do uso potencial está em que há atividades para cuja execução o Município se aparelha, mas que podem não estar à disposição de todos os indivíduos da comunidade.

Outro exemplo a ser citado, apesar de não ser cobrado no nosso Município por falta de fato gerador, é taxa de esgoto, que poder ser cobrada até mesmo do cidadão cuja casa nem mesmo esteja ligada à rede municipal de coleta, bastando haver tubulação que passe em sua rua.

A fruição de potenciação são os serviços de utilização compulsória colocados à disposição, previsto no art. 79, I, b, do CTN. A razão para a sua instituição está na viabilidade econômica, na sua eficiência, e por fim, na justiça fiscal.

O fato gerador da cobrança da taxa de lixo nos terrenos baldios, é a utilização potencial do serviço, cuja natureza é compulsória que traz benefícios a todos.

Vejamos o entendimento do TJ/RS:

*TRIBUTÁRIO. TAXA DE COLETA DE LIXO. IMÓVEL NÃO EDIFICADO. INEXISTÊNCIA DE SERVIÇO À DISPOSIÇÃO. PEDIDO GENÉRICO. CUSTAS. 1. O serviço de coleta e remoção de lixo constitui-se em serviço público específico e divisível. Art. 79 do CTN. É possível a sua cobrança, ainda que se trate de terreno baldio, em razão do potencial uso do serviço colocado à disposição. (...)*

*(TJ-RS - AC: 70049960578 RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Data de Julgamento: 29/07/2012, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/08/2012)*



Câmara de Vereadores	
Fl. 08	Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 39/2017

Data: 19/01/17

Ass. gel


Importante frisar que, se analisarmos o anexo ANEXO V da Lei 3155/2013, que trata dos percentuais/valores da taxa de lixo, imediatamente, verificamos que o valor cobrado nos imóveis não edificadas é inferior àqueles edificadas., respeitando assim a razão do princípio da proporcionalidade/razoabilidade.

Justifica-se desta forma, salvo melhor juízo, que a cobrança da taxa de lixo em terrenos baldios é devida, encontrando respaldo na legislação que trata a respeito da matéria, inclusive, ousar dizer que, se o município não cobrar estaria incorrendo em renúncia de receita.

Este parecer limita-se à análise jurídica e não faz juízo de conveniência e oportunidade, que cabe só ao administrador.

É o parecer que se emite, s.m.j, e que deve ser levado à consideração e ratificação do Excelentíssima Sra. Prefeita.

Serafina Corrêa, 16 de janeiro de 2017.

  
Adv. Camilla Dors  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 98969